

Quinhentos Anos dos Discursos sobre A Primeira Década de Tito Lívio,  
lidos daqui: ainda sobre a questão da atualidade - Número 149 - 06/2017 -  
[58-61]

– se del male è lecito dire bene –

*Machiavelli, Il Principe, VIII*

Em 2013, durante as comemorações dos quinhentos anos da escrita de *O Príncipe*, de Maquiavel, perguntaram, em longa entrevista realizada para os festejos, a Gennaro Sasso, um dos mais importantes intérpretes de Maquiavel, sobre a atualidade da obra. Ele foi peremptório: “Não há nenhuma”. O estudioso discorre então sobre as divergências entre os conceitos contidos no texto e o mundo político atual, revelando, por exemplo, que, para um americano, principado misto não quer dizer nada, ou que o principado civil não determina e sequer indica qual seja o conteúdo da civilidade ou da cidadania. Em suma, “não é atual”. Relativamente às questões de comportamento político – se é melhor ser amado ou temido, se se deve manter a palavra dada etc. – não se trata do príncipe propriamente, mas antes de questões humanas. Qualquer pessoa atenta a esta fala esperaria que na sequência o intérprete desse a esperada guinada na resposta inicial para mostrar então a atualidade de *O Príncipe*. Decepcionados, os ouvintes precisariam refletir sobre no que consiste as tais questões humanas, as condições da política, do realismo, ou seja, da reinterpretação de Maquiavel das condições históricas vividas e objetivamente apreendidas.

Em 2017, comemoram-se os quinhentos anos dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio (Discorsi)*, obra de maior folego teórico e alcance do que *O Príncipe*. Longe de nos colocarmos a questão posta para Sasso, apenas acompanhamos sua resposta destinada a *O Príncipe* para os *Discorsi*.

Se optarmos por um percurso randômico, saltando de questões em questões, e reordenarmos alguns dos temas dos *Discorsi*, podemos seguir o caminho da reinterpretação de Maquiavel a respeito das condições históricas. Começemos por um ponto de partida conhecido da obra: os novos modos e ordenações. Das diversas formas que são possíveis classificar a atividade e reflexão políticas, duas formam um binômio complementar ou excludente. Os modos são classificados em ordinários – aqueles que seguem as ordens estabelecidas, as leis, as instituições – ou extraordinários – os que não as seguem, mas, via de regra, produzem novas. Os modos, portanto, se chocam sempre com as ordens, seja para respeitá-las, seja para refazê-las. No primeiro caso, quando se vive em uma cidade livre e se respeita as ordens estabelecidas não há outro resultado das transformações políticas que não a própria liberdade (Machiavelli, *Discorsi*, I, 25), se, e somente se, o povo se mantiver como o legítimo guardião da liberdade (Machiavelli, *Discorsi*, I, 3-6). Nessa situação, a política segue seu fluxo esperado pelas próprias

instituições que lhe dão formato e tais instituições são, uma vez que essa atividade é dinâmica, transformadas dentro de suas próprias regras. A atualização das leis e das funções estatais segue as normas das leis e da garantia da liberdade no povo.

Por outro lado, há situações nas quais as ordens são ameaçadas extraordinariamente, isto é, quando forças políticas pretendem transformar as leis e instituições desrespeitando as próprias leis e instituições vigentes. É um caso extremo, é verdade, mas sempre plausível e carrega consigo a destruição do princípio da garantia popular da liberdade. Entre uma ponta e outra – o respeito total das ordens e o aberto desrespeito –, há um meio termo, mais obscuro e de difícil reconhecimento público. As ordens podem ser formalmente respeitadas com o objetivo de transformá-las sem a legitimidade popular. Em outras palavras, as leis e instituições podem ser manejadas para cumprir com objetivos diversos ou mesmo contraditórios para os quais elas foram feitas, tudo, sob a aparência de normalidade, sob a aparência de modos ordinários. Nesse caso, os agentes de tal empreitada são aqueles que querem fundar um “poder absoluto”, uma “tirania” (Machiavelli, *Discorsi*, I, 25).

O modo mais eficiente de manter o povo sob controle, de garantir o domínio sobre ele, de sustentar o regime tirânico, é reformar tudo de uma só vez, já que o regime não tem qualquer legitimidade: “como seus fundamentos são frágeis”, esse tirano deve “fazer novo governo com novos nomes, com novas autoridades, com novos homens [...] em suma, não deixar coisa nenhuma intacta no país. [...] São esses modos cruéis e desumanos” (Machiavelli, *Discorsi*, I, 26). Corrompida, assim, a cidade deve buscar resistência por dois caminhos progressivamente mais radicais. O primeiro deles é ainda creditar às ordens alguma legitimidade:

**Podia um tribuno e qualquer outro cidadão propor ao povo uma lei, sobre a qual todos podem se pronunciar, a favor ou contra, para que se deliberasse. Era essa instituição boa, quando os cidadãos eram bons, porque é sempre bom que todos possam debater publicamente e propor. E é bom que qualquer um possa dar sua opinião, para que o povo possa eleger a melhor. (Machiavelli, *Discorsi*, I, 18)**

Em outras palavras, o que Maquiavel está dizendo é que para resistir às reformas autoritárias do tirano e retomar a legitimidade popular são necessárias eleições populares. E essas eleições são capazes de reconduzir o país, ainda que abalado pela tentativa de reformas brutais, arbitrárias e impopulares, aos modos ordinários, à dinâmica política propriamente. O fundamento de tal assertiva reside no fato de o povo ser o melhor guardião da liberdade, de ser ele próprio o agente político reativo ao domínio dos poderosos, e apenas por ele o tirano pode ser detido quando ainda se credita legitimidade às ordens. “Concluo, portanto, contra a opinião comum – que diz que o povo quando governa é inconstante, mutável e ingrato –, e afirmo que nele não há esses defeitos que são de príncipes privados” (Machiavelli, *Discorsi*, I, 58).

Problema semelhante ocorre em situação distinta. Como é bem característico da reflexão maquiaveliana, um determinado fenômeno político pode ter origens e causas diversas, aparentemente, sem qualquer possibilidade de produzir o mesmo efeito. É comparável ao exemplo do avanço tirânico uma sucessão malsucedida de governantes, particularmente, quando não se desfruta do aval da legitimidade das eleições. Aliás, somente a eleição garante a excelência do sucessor.

Do que se pode notar que um sucessor, sem a virtude de seu antecessor, pode manter o governo pela virtude que lhe foi deixada [...] Digo, portanto, com esses exemplos, que, depois de um príncipe excelente, se pode manter um príncipe frágil. Mas, depois de um frágil, não se pode, com outro frágil, manter seu reino. (Machiavelli, *Discorsi*, I, 19)

O problema ao qual o florentino se refere é à sucessão por hereditariedade, isto é, uma forma de instituição do governo que não passa pelas eleições populares e é justamente por não atravessar o crivo das eleições que o regime progressivamente se fragiliza e se corrompe. Para os dois casos – o avanço tirânico e a decadência pela sucessão ilegítima – a solução é pelas eleições populares.

Contudo, o secretário de Florença aventa ainda a falibilidade da resolução eleitoral. Quando as ordens estão de tal monta corrompidas, não há outro meio de corrigi-las senão por modos extraordinários. Fracassado então o dispositivo eleitoral e reconhecida publicamente a ilegitimidade das ações do tirano, as ordens devem ser desrespeitadas.

Quanto a mudar as instituições de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que é inútil, o que facilmente se reconhece, e é difícil corrigi-las. Porque, fazendo isso, não basta usar modos ordinários, sendo modos ordinários perniciosos, mas é preciso usar modos extraordinários, que é a violência e as armas. [...] E porque uma cidade no viver político pressupõe um homem bom, e tornar-se violentamente príncipe de uma república pressupõe homem mal. (Machiavelli, *Discorsi*, I, 18)

Deturpadas as leis dentro mesmo da formalidade legalista, a política cessa e a última alternativa à derrocada final do país é por modos extraordinários. Uma evidência cabal de que não há mais instrumentos políticos viáveis, de que os modos ordinários foram postos de lado, é a perseguição daqueles que se opõem ao novo regime. Do ponto de vista do tirano, afirma: “E sempre se conhecerá isso pela leitura das coisas antigas, como, depois da mudança de Estado, de uma república em tirania ou de uma tirania em república, é preciso uma ação memorável contra os inimigos das condições presentes” (Machiavelli, *Discorsi*, III, 3). Os tiranos, portanto, agem enérgica e extraordinariamente contra seus opositores, detratando-os e expulsando-os das condições mais primárias de techedura da política. Pois bem, essa evidência de que a política está morta é mais do que suficiente para um rearranjo extraordinário de volta à política ordinária. Em outras palavras,

dadas as circunstâncias – reforma completa do governo e das funções estatais, eleição suspensa, instituições ilegítimas e perseguição do governo a seus opositores –, não há outro caminho que não romper com os modos ordinários: “Contudo, um povo licencioso e tumultuário pode ser ordenado por um homem bom e ele pode conduzi-lo ao bom caminho: com um príncipe maldoso ninguém pode dialogar, e nem há outro remédio senão o ferro. [...] Se, para curar a doença do povo, bastam palavras, para com o príncipe, é necessário o ferro” (Machiavelli, *Discorsi*, I, 58).

Por séculos, acusaram Maquiavel de ser a encarnação do demônio e de satanismo. Fá-lo-ia eu o mesmo com outros, caso fosse necessário.

\*\*\*

**Luís Alves Falcão**

\* Esse ensaio foi originalmente composto para o seminário “500 anos dos *Discursos* de Maquiavel”, realizado na UFF-PUCG em 18 de maio de 2017.